

ATO ADMINISTRATIVO Nº 17 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

“Dispõe sobre medidas de contenção de despesas no âmbito do Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d’Oeste”.

Rafael Piovezan, Diretor Superintendente do Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d’Oeste, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando a desaceleração da economia nacional e necessidade de adoção de medidas em face da garantia do princípio constitucional do equilíbrio fiscal;

Considerando que a Autarquia Municipal deve obedecer ao princípio da legalidade e também o princípio da responsabilidade na gestão fiscal, art. 1º, §1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

Considerando o Decreto Municipal nº. 6559 de 21 de outubro de 2015 e o Decreto 6584/2015, que dispõe sobre medidas de contenção de despesas no âmbito deste Município;

Considerando ainda que serviços essenciais não serão prejudicados, preservado o interesse público envolvido;

RESOLVE:

Art. 1º Até 29 de janeiro de 2016, no âmbito desta Autarquia Municipal, ficam vedadas:

I - a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - a contratação de pessoal, ressalvadas as reposições decorrentes de demissão, de exoneração ou de falecimento de servidores, ocorridas no período referido no *caput* deste artigo.

III - a contratação de hora extra, salvo as previstas neste Ato Administrativo;

IV – a realização de cursos de qualificação de equipes.

Art. 2º Os Diretores devem rever suas metas de forma que se obtenha uma redução de, no mínimo, 20% (vinte por cento), por meio do contingenciamento, dos recursos orçamentários.

Art. 3º As despesas com combustíveis, viagens, telefones, energia elétrica, diárias e aquisição de material permanente devem se restringir ao mínimo possível, devendo ser elaborado entre todos os Departamentos e Setores um plano integrado para contenção de custos; readequando rotinas, disciplinas e escalas de operacionalização dos veículos da Autarquia, a fim de oferecer a melhor e menos custosa utilização.

Art. 4º Os contratos de fornecimento e de serviços devem ser revistos, mas sem prejuízo às atividades essenciais ou consideradas de risco.

Art. 5º A realização de leilões de sucatas e de materiais inservíveis deverão ser priorizados.

Art. 6º Fica estabelecida a redução temporária do horário de expediente nas unidades da Autarquia, no período de 04 a 29 de janeiro de 2016, passando este a ser das 07:30 às 13:30 horas, com atendimento ao público das 08:00 às 13:00 horas.

§ 1º O horário estabelecido no *caput* deste artigo não se aplica aos serviços ininterruptos e aos serviços operacionais, sendo que para este último, deverão ser designadas equipes com expediente das 07:00 às 13:00 horas ou das 12h00 às 18:00 horas.

§ 2º Aos servidores abrangidos pela redução temporária de expediente será concedido, nos termos do parágrafo 1º do artigo 71 da CLT, intervalo de 15 (quinze) minutos para descanso, mediante revezamento estabelecido pela chefia, ficando suspenso o fornecimento de refeição, resguardado o fornecimento do café da manhã, quando assim o for.

§ 3º A realização de atividades além dos horários fixados neste artigo poderão ocorrer mediante solicitação do respectivo Diretor, em casos excepcionais, até o limite da jornada contratual de trabalho, devendo ser assegurado ao servidor, o intervalo de uma hora para refeição, nos termos do artigo 71 da CLT.

Art. 7º A partir da vigência deste Ato, fica suspensa a realização de horas extraordinárias.

Parágrafo único - Excepcionalmente, a realização de horas extras, estas compreendidas como as excedentes à jornada contratual de trabalho, poderão ser pagas apenas nos casos dos serviços essenciais e de urgência ou emergência, desde que demonstrada a impossibilidade legal de compensação e previamente autorizadas pelo Diretor Superintendente.

Art. 8 As alterações decorrentes da redução do horário de expediente de que trata este Ato não implicarão em alteração contratual dos servidores

envolvidos, não acarretará prejuízo de remunerações, bem como não gerará direito adquirido, por tratar-se de medida temporária e precária.

Art. 9 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Bárbara d'Oeste, 30 de dezembro de 2015.

RAFAEL PIOVEZAN
Diretor Superintendente

Publicado no site e Quadro de Aviso Geral
do Departamento de Água e Esgoto de
Santa Bárbara d'Oeste, em 30 de dezembro
de 2015.

Patricia Regina Marques
Chefe de Gabinete